



POR UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA DO ESPAÇO: DIÁLOGO ENTE A ONTOLOGIA CRÍTICA DE MARX E A GEOGRAFIA, TOMANDO COMO REFERÊNCIA A LEITURA DE MOISHE POSTONE

Núbia Vieira Cardoso ¹

RESUMO

Com o objetivo de desenvolver uma crítica ontológica do espaço a partir da ontologia crítica de Marx tomando como referência a leitura de Moishe Postone, foi elaborada a revisão de literatura de obras circunscritas na temática na geografia. A indagação sobre o “ser” do espaço surgiu a partir da pesquisa de mestrado cujo objeto os processos de territorialização de povos indígenas no Médio Xingu durante o século XX. A emergência de outras figurações, em conflito com a da sociedade ocidental capitalista, levou à indagação ontológica, uma vez minados os pressupostos epistemológicos: o que é o espaço geográfico? O artigo é desenvolvido a partir da releitura de obras canônicas da geografia crítica, especialmente dos autores Yves Lacoste e David Harvey, para então confrontar a abordagem da teoria marxista na geografia com a reinterpretação da teoria crítica de Marx por Moishe Postone. Ao atribuir a crítica de Marx ao trabalho, e não a crítica pelo ponto de vista do trabalho procura-se sustentar a contribuição de Postone à teorização do espaço geográfico, tendo como aporte a obra madura de Marx. E diante disso, é possível rever os motivos da priorização da categoria tempo na obra marxiana, à medida que à categoria do espaço pode ser re-lida como aquela capaz de desvelar outras figurações de mundo, então em conflito com a totalidade do valor, ou, com a sociedade do Capital.

Palavras-chave: Crítica ontológica, Geografia crítica, Marx, Espaço.

ABSTRACT

With the aim of developing an ontological critique of space based on Marx's critical ontology, taking as a reference the reading of Moishe Postone, a literature review of works circumscribed in geography was elaborated. The question about the “being” of space emerged from the master's research whose object was the processes of territorialization of indigenous peoples in the Middle Xingu during the 20th century. The emergence of other figurations, in conflict with that of Western capitalist society, led to the ontological question, once the epistemological assumptions were undermined: what is geographic space? The article is developed from the re-reading of canonical works of critical geography, especially by the authors Yves Lacoste and David Harvey, to then confront the approach of Marxist theory in geography with the reinterpretation of Marx's critical theory by Moishe Postone. By attributing Marx's critique to work, and not critique from the point of view of work, an attempt is made to support Postone's contribution to the theorizing of geographic space, taking Marx's mature work as input. And in view of this, it is possible to review the reasons for prioritizing the category of time in Marxian

¹ Doutoranda em Geografia pelo PPGEU - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, nubiavcardoso@hotmail.com;



work, as the category of space can be re-read as one capable of unveiling other figurations of the world, then in conflict with the totality of value, or, with the society of Capital.

Palabras clave: Ontology critique, Critical geography, espace, Marx.

INTRODUÇÃO

A pergunta sobre “o que é o espaço geográfico” veio à tona a partir da pesquisa de mestrado² cujo objeto: os processos de territorialização de povos indígenas na região do Médio Xingu, no Sudeste do Estado do Pará na segunda metade do século XX. Se para aqueles povos indígenas, contatados e territorializados pelo Estado entre os anos de 1950 e 1980, o território constitui um dado conjuntural. Isto é, uma dimensão espacial que se reestrutura perante o contexto de conflito de poder, evidente estava uma concepção de espaço indígena antecessora ao território (momento político do espaço total).

Ou ainda, sabendo do conflito entre concepções de espaço, desvelada estava a aparência do espaço geográfico - específico da sociedade ocidental capitalista, e, portanto, de sua natureza socialmente construída. O que só pôde ser possível, uma vez reconhecida, a contemporaneidade, bem como o conflito com outra figuração do espaço. Perante tal situação, a própria realidade mais a sua análise em questão, levaram a indagação ontológica, cujos pressupostos epistemológicos se minam frente à pergunta central que se explicita.

A intenção de elaborar este artigo surgiu através da interação com o professor Mario Duayer³ (*in memoriam*), primeiro a partir de uma disciplina oferecida por ele na Faculdade de Educação da UFF no primeiro semestre de 2019, e, por conseguinte através da participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica - GEPOC, coordenado pelo professor.

² A dissertação “Quando a Terra é Dinheiro, a Natureza é Território: uma investigação histórico-geográfica de povos indígenas no Médio Xingu, 1950-1980” foi defendida em 2018, no PPGeo-UERJ.

³ Foi professor da Universidade Federal Fluminense – UFF. Dentre a sua pulsante produção e contribuição científica de divulgação e interpretação da marxiana obra no Brasil, Duayer coordenou a tradução pela primeira vez para a língua portuguesa daquele que junto de *O Capital* é reconhecido como um dos pilares da obra madura de Marx: *Grundrisse*, então publicado em 2011 pela Boitempo Editorial.



Na tentativa de tecer diálogo entre a teoria crítica do valor de Marx a partir da leitura de Moishe Postone com a ciência geográfica, este artigo é constituído de revisão de literatura de obras circunscritas na temática na geografia. O objetivo por princípio é então o de desenvolver uma crítica ontológica do espaço a partir da ontologia crítica de Marx tomando como referência a leitura de Moishe Postone.

A seguir é apresentado o entendimento sobre o que é “crítica ontológica”, e, portanto, o ponto de vista o qual se analisa a teoria crítica na geografia, para em seguida se analisar o espaço, então objeto da ciência.

Entrando no campo da geografia são analisadas a abordagem da teoria marxista em obras canônicas da geografia crítica, mais especificamente nos autores David Harvey e Yves Lacoste. O próximo passo foi a exposição do que é central na reinterpretação de Moishe Postone para enfim dialogar com a abordagem marxista referida na ciência geográfica.

Finalmente, é acionada a abordagem da ontologia em geografia por Armando Corrêa da Silva, e desenvolvendo com o pensamento desse autor, uma continuidade à busca de uma ontologia crítica do espaço, através da crítica da economia política de Marx.

A MARXINANA CRÍTICA ONTOLÓGICA

Ontologia diz respeito ao “ser das coisas”, por crítica ontológica entende-se tratar daquela que visa refutar os pressupostos estruturais da tradição criticada, e em consequência, tem de ser crítica que re-figure o mundo, ou seja, que pressuponha outra ontologia (DUAYER, 2016, p. 35). Assim identificado, assinalava o mesmo autor, que é justamente nesse sentido que a crítica de Marx é crítica ontológica, e, no caso, crítica da sociedade capitalista, da formação socioeconômica posta pelo capital. Em outro texto, Duayer (2015) recorre à *Ontologia* do filósofo húngaro György Lukács, “para demonstrar que a genuína ciência orienta-se por necessidade para o ser das coisas [...]”. E desta maneira, alertava o autor, a ciência não deve, e nem opera, em um vácuo ontológico.

O presente artigo, com a finalidade de abrir possibilidades para novos e distintos diálogos entre a obra de Marx e a geografia e/ou com a dimensão espacial, recorre a outras interpretações, a partir da teoria crítica do valor. Tendo como prerrogativa a



necessidade, tal como afirmava Duayer (2016), de uma restauração da ontologia crítica marxiana. Nas palavras do autor:

Tal restauração, no entanto, tem por pressuposto retomar a dimensão essencial da crítica, ou seja, crítica ao modo de produzir sob o capital. Em outras palavras, crítica ao trabalho no capitalismo, e não crítica do capitalismo sob o ponto de vista do trabalho (DUAYER, 2016, p. 36).

Desta maneira, o objetivo é desenvolver uma teoria crítica do espaço a partir da ontologia de Marx apoiada na reinterpretação do canadense Moishe Postone, o que significa dizer, que no modo de produzir da moderna sociedade capitalista representa a crítica ao trabalho, suscitando então a análise epistemológica e ontológica.

MARX E GEOGRAFIA, ENTRE HARVEY E LACOSTE

Publicada em 1976, a obra *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* do geógrafo francês Yves Lacoste foi uma das mais marcantes obras da *Geografia crítica* influenciando a produção acadêmica e o ensino a partir da segunda metade do século XX. O título remete à crítica de Lacoste de que a ciência geográfica teve por princípio a função de subsidiar a definição de estratégias militares.

Dentre as preocupações do autor perante a construção de um pensamento crítico no campo da geografia, estava o questionamento sobre a relação desta ciência com a teoria marxista. Para o nosso interesse destaca-se a sessão intitulada “Marx e o espaço negligenciado” (LACOSTE, 1988). Argumentava Lacoste que a fraqueza do papel da análise marxista em geografia poderia ser explicada pelo que chamou de “silêncio em relação aos problemas espaciais, que caracteriza a obra de Marx” (LACOSTE, 1988: 151). Acrescenta o autor, que ele (Marx) fez frequentemente referências à Natureza, mas aí também eliminando totalmente a dimensão espacial, pois quanto mais o raciocínio de Marx se organizava com referência constante ao tempo, mais ele mostrava indiferença aos problemas do espaço.

Para além de Lacoste, outras importantes contribuições foram desenvolvidas na busca de uma “dialética do espaço”. Dentre estas, publicado em 1975 na revista norte-americana *Antipode*, o artigo “A Geografia da Acumulação Capitalista: uma reconstrução da teoria marxista” de David Harvey. O autor se debruça em uma tessitura teórica da relação da acumulação capitalista com a estrutura espacial. Argumenta que “a teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro



das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista” (HARVEY, 2005: 40). A novidade está na relação intrínseca entre o espaço com a permanente necessidade de acumulação, e os reajustes espaciais, o que então explicaria a resolução de crises internas do capital.

Diferente de Lacoste, Harvey (2005) reconheceu a abordagem da categoria do espaço nos textos de Marx, embora considere que nada disso realmente tenha sido integrado em uma formulação teórica. Pois, argumenta esse autor, a irreparável priorização da categoria do tempo na formulação marxiana, enquanto a variação geográfica considerada por Marx, “complicação desnecessária”. A proposta de Harvey é então, a de agregar a variável espacial à teoria marxista ao assumir o papel central e definitivo da acumulação na reprodução expandida, uma vez que o “espaço” está imbuído na resolução de crises à medida que a acumulação se faz sob espaços pré-capitalistas, ou menos desenvolvidos. Trata-se de uma densidade de processos históricos, diferentemente localizados. Defendeu ainda o autor: “a geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização, enquanto que o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico” (HARVEY, 2005: 142).

Antes ainda do referido artigo, Harvey havia admitido uma postura de renovação da teoria marxista em consonância com o espaço geográfico quando em 1973 publicou “A Justiça Social e a Cidade”. Seu segundo livro, cujo primeiro: “Explanation in Geography”, mais voltado para as questões epistemológicas, enquanto este segundo, conforme reconheceu o tradutor da obra para o nosso idioma, Armando Corrêa da Silva, tratou da questão ontológica na geografia. Desta forma, as inquirições de Harvey ultrapassaram as matrizes teóricas para desaguar em uma principal: “o que é o espaço?”, desencadeando-se daí, em sentido ontológico concreto, uma segunda: “o que é isso que a prática humana cria como espaço?” (HARVEY, 1980).

Influenciado pelo estruturalismo em êxtase na cena teórico-social naquele período, Harvey (1980) analisa o fenômeno urbano sob a perspectiva da justiça social, direcionada ao papel do planejamento. Havendo, desta maneira na Segunda Parte: “Formulações Socialistas” um maior envolvimento com a teoria marxista, em que o autor recupera a relação do espaço com a reprodução ampliada do capital, à medida que atinge o capítulo V: “Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano”. Perante o interesse do presente texto, vale destacar a partir das palavras do autor que:



O solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias. Mas, o solo, e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer, assim, os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem significado em uma situação mais do que especial (HARVEY, 1980, p. 133).

O autor desenvolve sua elaboração, argumentando, portanto, sobre a particularidade do solo admitido como mercadoria.

Na Terceira Parte: “Síntese”, ele retoma a reflexão sobre o método e teoria de Marx, colocando em debate Ontologia e Epistemologia. Ao recorrer à filosofia da ciência, Harvey delimita o ponto de vista do empirismo tradicional, diferenciando de seu entendimento à medida que menciona a ontologia de Marx. O que transparece é que, discordando de outras interpretações que confinam o pensamento de Marx a um reduto ortodoxo, o autor aciona o próprio Marx, forjando, ao partir da crítica epistemológica, a emergência da marxiana crítica ontológica.

Crítica ontológica explanada em sua “Síntese” e, radicada na conclusão da obra. Onde o autor descortina a aparência do urbanismo imanente da sociedade capitalista, demarcando assim sua especificidade histórica. Pois, a partir de tal crítica, cria-se possibilidade para que seja desvendada outra ontologia, o que é propalado por Harvey (1980, p. 271) quando sintetiza: a necessidade da substituição do urbanismo capitalista industrial por um urbanismo apropriado à espécie humana, isto é, um urbanismo genuinamente humano.

No período em que Harvey e Lacoste se debruçam na reconstrução da crítica social no âmbito da geografia, Soja (1993, p. 69) relata o contexto em que a corrente neopositivista compartilhando o campo com o humanismo teórico que, alternativa à primeira, inspirava críticas comportamentais e fenomenológicas sob uma postura antimarxista. Ainda segundo o autor, o estruturalismo, primordialmente de tipo aslthusseriano, instrutivamente antipositivista, proporcionou um contraste eficaz com o humanismo teórico, uma vez que as outras vias possíveis como a fenomenologia existencial ou a tradição de teoria crítica da Escola de Frankfurt – de modo algum eram tão acolhedoras, e já há muito tempo, não se encontrava via de desenvolvimento do pensamento espacial nas abordagens convencionais marxistas. Perante tal cenário, afirma Soja, embora raramente explicitado, a epistemologia estruturalista quase que subliminarmente, esteve infundida em todo o desenvolvimento inicial da geografia marxista.



DA CRÍTICA DO TRABALHO, À CRÍTICA AO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A obra “Tempo, trabalho e dominação social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx” de Moishe Postone (1942-2018), publicada em 1993, foi recentemente traduzida no Brasil (2014). Trata de uma renovação buscando repensar fundamentalmente as categorias centrais da crítica da economia política de Marx em que como ponto de inflexão na trajetória de estudos de Postone está o aprofundamento na obra *Grundrisse*, considerada pelo autor, responsável por revelar o esquema em que ele distinguia de um jovem Marx filosófico e um velho Marx cientificista. Para Postone, a crítica da economia política do Marx maduro, tal como elaborada nos *Grundrisse* e em *O Capital* forneceu novas bases para uma teoria crítica da modernidade.

O que, portanto, está no centro dessa reinterpretação oferecida por Postone é exatamente a inversão fundamental do sentido e da importância da marxiana categoria-chave do trabalho, não mais vista como trans-histórico, mas, uma forma de mediação social historicamente específica. Se nas interpretações marxistas tradicionais o trabalho constitui o ponto de vista da crítica de Marx à modernidade capitalista, nesta outra interpretação, a crítica de Marx é fundamentalmente à especificidade do trabalho na sociedade capitalista.

Postone alerta para o fato de que no centro de todas as formas de marxismo tradicional existe uma concepção trans-histórica do trabalho:

A categoria do trabalho de Marx é entendida como uma atividade social finalística que media entre os seres humanos e a natureza, criando produtos específicos para satisfazer a determinadas necessidades humanas. Considera-se que o trabalho, assim entendido, está no centro de toda vida social: ele constitui o mundo social e é a fonte de toda riqueza social. Essa abordagem atribui *trans-historicamente* ao trabalho social o que Marx analisou como características historicamente específicas do trabalho no capitalismo (POSTONE, 2014, p. 22).

Ainda que o trabalho esteja presente em todas as formações sociais, o tipo de trabalho que está no centro da vida social, ou seja, que media a sociabilidade entre indivíduos é próprio do capitalismo, e não deve ser entendido sob um ponto de vista trans-histórico.



Torna-se coerente recorrer ao próprio Marx, uma vez entendido que há diferença de abordagem de tipos de trabalho pelo autor. Para Marx, por um lado há o trabalho universal, criador de valores de uso:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2017, p. 120).

O trabalho produtor de valores de uso é assim um tipo universal de trabalho, pois não há sociedade humana que não trabalhe, pois essa prática corresponde a uma eterna necessidade natural da vida humana. No entanto, há na sociedade capitalista algo novo, que não existe em outras formações sociais, trata da transformação do trabalho, essa prática social inerente da reprodução da vida humana, em mercadoria. Para situar a definição de trabalho acima referida, Marx a faz no segundo tópico “O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias”, no primeiro capítulo de O Capital que não por acaso é o capítulo “A mercadoria”.

Especificamente no capitalismo, lembremos, formação social objeto da crítica da teoria marxiana, o trabalho adquire uma natureza dupla, o que é identificado por Marx como ponto central em torno do qual gira o entendimento da economia política (MARX, p. 119, 2017). Processo metodológico observado no modo como aborda a “mercadoria”, desdobrando a partir dela as demais categorias:

Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.. (MARX, 2017: 116, grifos do autor)

A unidade contraditória (valor de uso x valor) é o que então constitui a essência da mercadoria. Esta duplicidade se estende às demais categorias centrais: trabalho (trabalho concreto x trabalho abstrato); tempo (tempo concreto x tempo abstrato). No capitalismo, o trabalho é tido como mercadoria: trabalho objetivado, substância formadora do *valor*. A importância do tempo na formulação de Marx é assim explicada pelo fato de se tratar da medida de grandeza da substância formadora do valor.

Diante disso, é notório o entendimento de que há no pensamento maduro de Marx, uma clara distinção entre o trabalho assalariado, mediado pelo mercado, cuja forma específica de produção de riqueza é a produção de valor. E, uma vez, entendido



isso, também é evidente o surgimento de uma nova sociabilidade, sabendo do caráter ontológico do trabalho no que se refere à determinação de dada formação social.

A plausibilidade da reinterpretação e crítica de Moishe Postone àquilo que esse autor nomeia como marxismo tradicional sugere, portanto, compreender a produção no capitalismo para além de um processo puramente técnico, em que a crítica se concentra apenas à apropriação privada e não propriamente ao modo de produção em si.

Ao constituir uma mediação social autofundamentada, ou seja, independente da vontade dos indivíduos, o trabalho constitui um tipo determinado de todo social – uma totalidade (POSTONE, 2014, p. 177). Essa totalidade abstrata erguida a partir da prática humana, isto é, do trabalho cujo sentido é perdido para o sujeito, tem como objetivo a crescente produção de valor:

O objetivo da produção no capitalismo não são os bens materiais produzidos nem os efeitos reflexivos da atividade do trabalho sobre o produtor, é o valor ou, mais precisamente, o mais-valor. [...] Valor é puramente quantitativo porque, como forma de riqueza, ele é um meio objetivado: ele é objetivação do trabalho abstrato. [...] Portanto, a produção no capitalismo é necessariamente orientada quantitativamente para quantidades sempre crescentes de mais-valor. (POSTONE, 2014, p.210)

Ora, a medida da substância formadora de valor: trabalho abstrato é tempo. Um tempo abstrato, cuja aparência de sua padronização as frações em horas, dias. Por exemplo, salário é definido a partir das horas de trabalho, o preço de um produto é calculado também tendo como base o tempo de trabalho. Assim, a totalidade, cujo sangue vital, como diz Postone, é o trabalho (mercadoria), trata de uma totalidade temporal. Por isso, a teoria crítica de Marx, para a qual o objeto de crítica constitui a sociedade do Capital, prioriza a categoria tempo, e não o espaço como tanto reivindicou a Geografia crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E o que isso tem a ver com o espaço e/ou com a geografia?

Pioneiro na discussão de uma matriz filosófica que fornecesse instrumento teórico metodológico para a geografia, e transbordando das questões epistemológicas dessa disciplina para aquela de ordem ontológica, perguntava Amando Corrêa da Silva: o que é o espaço?



Em primeiro lugar, quando a ciência geográfica se pergunta “o que é o espaço?” tal como mencionado acima, a pergunta não ocorre em um vácuo ontológico. Há, todavia, uma figuração de mundo que orienta a compreensão prévia, e que, portanto é o que baliza o conjunto de teorias e práticas que instrumentalizam tal ciência. Nesse sentido, ao partir de uma concepção materialista, Silva propõe que:

Surge a possibilidade da teoria, na ontologia do espaço. Uma primeira possibilidade é a geoeconomia. Trata-se de construir uma explicação, ao mesmo tempo, geográfica e econômica. O fundamento do conhecimento é, então, a teoria do valor, que contém o natural e o social como dados espaciais, em sua expressão de uso e de troca (SILVA, p. 91, 1982).

À medida que se tem acordo com proposição do geógrafo, a intenção é de retomar a discussão à medida que a atualizamos a partir das distintas leituras, tomando como referência, igualmente, a teoria do valor. O que coaduna com a crítica de SOJA (1993) ao identificar que no decorrer dos anos 1980, quando a teoria marxista parecia oportuna à renovação da ciência geográfica, a geografia marxista parecia estar dando voltas e mais voltas, “para evitar o que acabaria por se tornar insistentemente óbvio: que o próprio marxismo tinha que ser criticamente reestruturado para incorporar uma dimensão destacada e central” (SOJA, 1993, p. 76).

O que parece imperativo para essa retomada, a que então se propõe, é a revisão da categoria ontológica do trabalho na obra de Marx e a sua respectiva inerência com a produção do espaço, e desta forma, com a figuração do espaço. A tradução de obras para o nosso idioma vai abrindo caminhos para que o pensamento geográfico brasileiro incorpore novos pontos de vista, isso vale tanto para a obra de Moishe Postone, como do próprio Marx.

Marx quando priorizou a categoria do tempo na sua crítica da economia política provavelmente não o fez por mera simpatia com a variável em questão, mas porque ela saltava como central no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. O que se quer dizer é que, não que Marx tenha deixado para traz o espaço, mas que o capitalismo na sua forma de desenvolvimento torna o tempo categoria primordial. Mas, o mesmo não ocorre para outras formações sociais. E aí está o enlace e a contradição. Harvey agregou o espaço na teorização marxista atribuindo a ele o papel de resolução de crises do capital, sempre através da acumulação. Partindo do ponto de vista ontológico “ponta-pé inicial” desta pesquisa, vale mencionar, que o espaço não visto como trans-histórico pode ter mais de uma figuração. Desta maneira, são espaços de



outras formações sociais, e por isso, figurados de outras maneiras, em conflito inerente com a sociedade-totalizada pelo valor. Novamente o conflito entre o tempo (valor) e o espaço (valor de uso).

REFERÊNCIAS

DUAYER, M. Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação. In: TORRIGLIA, P. L. (orgs.) [et al.]. **Ontologia e Crítica do Tempo Presente**. Florianópolis: Em Debate / UFSC, 2015.

DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho. **Verinoto**, Ano XI, N.22, P. 29 – 43, 2016.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LACOSTE, Y. Geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas: Papius, 1988.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

POSTONE, M. Tempo, **trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SILVA, Armando Corrêa da. O Espaço como Ser: uma auto-avaliação crítica. In: **Geografia: Teoria e Crítica**. Moreira, R. (org). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.